

SOCIEDADE CIVIL E INOVAÇÃO SOCIAL NA ESFERA PÚBLICA: A EXPERIÊNCIA DO MOVIMENTO DE COMBATE À CORRUPÇÃO ELEITORAL

Maria Carolina Martinez Andion¹, Josiani Lúcia de Pinho², Luciana Francisco de Abreu Ronconi³, Rubens Lima Moraes⁴.

¹ Orientadora, Departamento de Administração Pública - ESAG - andion.esag@gmail.com

² Acadêmica do Curso de Administração Pública - ESAG, bolsista PROBIC/UDESC.

³ Professora Participante, Departamento de Administração Pública – ESAG.

⁴ Mestre em Administração pela ESAG.

Palavras-chave: Arena Pública. Cartografia das Controvérsias. Inovação Social. Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral.

Este estudo se insere na pesquisa mais ampla conduzida no Núcleo de Pesquisa e Extensão em Inovações Sociais na Esfera Pública (NISP) intitulada: “Sociedade Civil e Inovação Social na Esfera Pública”. Essa pesquisa tem como objetivo geral compreender o papel da sociedade civil na proposição de soluções ou ainda no aproveitamento de oportunidades para fazer face aos problemas públicos. Por meio da análise de experiências emblemáticas de ação coletiva no âmbito da sociedade civil, busca-se compreender qual o papel de tais iniciativas na promoção de inovação social na esfera pública. Mais especificamente, esta apresentação focaliza a trajetória do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) no Brasil, tendo como objetivo explorar a arena pública em torno do problema da corrupção eleitoral no Brasil, de modo a mapear e desdobrar as suas controvérsias. Utilizando os postulados da Teoria do Ator-Rede (LATOURETTE, 2012), busca-se desdobrar as suas controvérsias, dando mais clareza para os contornos dessa arena pública para compreender como tal se (re)configura ao longo do tempo. Para tanto, como enfoque metodológico utilizamos a “cartografia de controvérsias” (VENTURINI, 2010). Mapeamos, assim, a arena pública em três campos: político (por meio do levantamento das mídias), científico (por meio da análise dos artigos científicos publicados) e técnico-legal (com a análise das leis mais importantes referentes à matéria). O mapeamento teve como ponto de partida o ano de 1988, marco que representou a abertura democrática no Brasil, sendo finalizado em 2014. Tal mapeamento permitiu identificar os principais “atores-rede” porta-vozes do problema público da corrupção eleitoral no Brasil, suas declarações, as controvérsias que emergem e as visões de mundo que são construídas ao longo do tempo em torno do problema público. Tal análise resultou numa visualização do processo de “configuração” (CEFAI, 1996) ou, ainda, de “translação” (LATOURETTE, 2012) que vive o problema público e que influencia na sua definição, nas formas de interpretá-lo e também de fazer face a ele. As Figuras 1 e 2 demonstram o modelo de análise segmentada por décadas, sendo a representação gráfica da década de 2000.

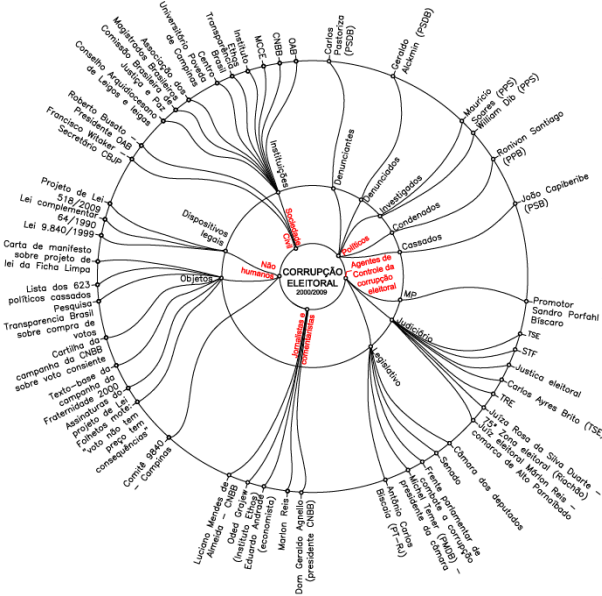


Fig. 1 A corrupção eleitoral e seus públicos (anos 2000). Elaborado pelos autores.

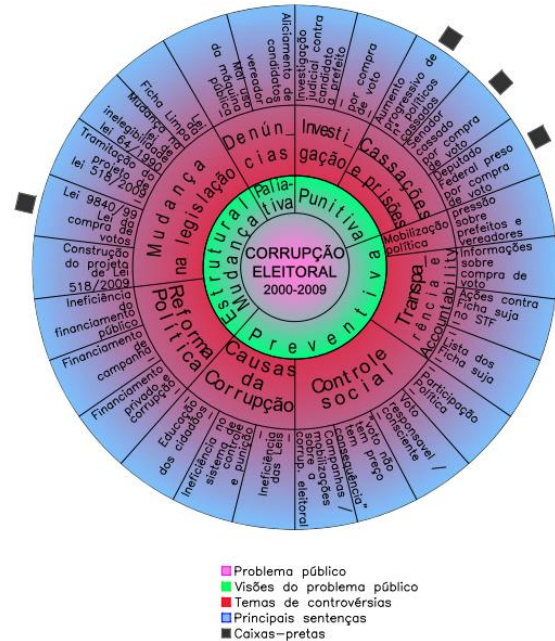


Fig. 2 A arena pública e suas controvérsias (anos 2000). Elaborado pelos autores.

A partir da análise, evidenciava-se uma concepção “paliativa” da corrupção eleitoral, predominante nos anos 1980, focalizando as denúncias e os escândalos, passa a dividir espaço com outras visões do problema público. Inicialmente emerge uma representação “punitiva”, voltada a coibir os atos e os protagonistas da corrupção eleitoral. Também há lugar para uma concepção “preventiva do problema” (ligada a temas como *accountability*, controle social do problema público e mobilização política para combate à corrupção). Mais recentemente, emerge um debate sobre “mudanças estruturais” no sistema eleitoral e político, buscando incidir em questões relacionadas ao financiamento das campanhas ou ainda propor estratégias e meios para uma reforma política. Pode-se perceber que o problema da corrupção eleitoral, suas causas e sintomas passam a adquirir diferentes sentidos, ao longo do tempo, graças às mobilizações em torno dessa arena. Como discorre Cefai (1996), as ações coletivas nas arenas públicas não apenas detectam o problema - identificando um *gap* entre o que se espera e a realidade - elas também constroem uma interpretação sobre ele: atribuindo causas, definindo responsáveis, influenciando na ação e propondo soluções. As propostas de soluções, a emergência e a difusão de inovações sociais também ficam evidentes na arena aqui analisada, principalmente a partir dos anos 2000, com a emergência de “caixas pretas” (LATOURET, 2000) que são fruto da ação dos atores-rede, de sua associação, promovendo a estabilização de algumas controvérsias. Isso ocorre, potencialmente, com a criação de um novo marco legal, construído a partir de iniciativa popular, que se forja a partir das associações, mobilizações e incidência, sobretudo, por parte dos atores da sociedade civil.